



Coordenação-Geral de Comunicação Social
Clipping 16/18- Quarta-feira, 24 de janeiro

A Crítica

Capa - 03

AM negocia fábrica da Norsafe - 04

Diário do Amazonas

Criação da Zona Franca de São Luís se choca com a Zona Franca de Manaus - 05

Jornal do Comercio

Capa - 06

Coluna Follow-Up Empresarial: Nota de Pesar, José Márcio Mendonça - 07

Indústria discute ações do MDIC - 08

LANCHA PATRULHA

Noruegueses estudam ter fábrica no PIM

Vice-presidente da europeia Norsafe reuniu-se com superintendente da Suframa. **PÁGINA A9**



Jair Araújo

SETOR NAVAL

AM negocia fábrica da Norsafe

Empresa norueguesa realizará vendas de embarcações no Amazonas e pode entrar no mercado como prestadora de serviços

REBECA MOTA
 rebeca@acritica.com

Empresários noruegueses estiveram em Manaus para discutir a possibilidade da instalação de uma fábrica de embarcação no Polo Industrial de Manaus (PIM), a Norsafe. A empresa visa produzir lanchas patrulha para atender a demanda de segurança naval. O encontro aconteceu ontem (23) no Gabinete do Superintendente da Suframa, Appio Tolentino.

No primeiro encontro foi discutida a possibilidade da empresa entrar no mercado do Amazonas como prestadora de serviço e realizar as vendas das embarcações para verificar possíveis consumidores. Além disso, a Suframa vai realizar uma pesquisa de mercado para identificar as intenções de compra.

A Norsafe é uma empresa norueguesa especializada na fabricação e venda de barcos de alto desempenho. O vice-presidente Kjell Soerensen confia que as expectativas deles são positivas acerca do Brasil e que eles têm a intenção de colocar seus produtos no mercado amazônico, assim como em outras partes do País.

"Uma primeira etapa, evidentemente, é vender e ter os clientes para comprar os produtos. Depois, é fornecer serviços aqui dos nossos barcos que são

Saiba mais

>>Segurança Naval

A Secretaria de Segurança Pública (SSP-AM) está investindo em qualificação da mão de obra de policiais e agentes de Inteligência. Na semana, a Secretaria Executiva-Adjunta de Inteligência (Seai) concluiu o curso 'Operações Ribeirinhas', que treinou agentes para abordagens de alto risco nos rios do estado.

fabricados na Noruega e mais adiante pensar em fabricação. Mas ainda está cedo para pensar em fabricação aqui. Depois de uma venda razoável de produtos, a parte de serviços é a próxima etapa", ressalta Kjell.

Com mais de 100 anos no mercado, a Norsafe está presente em 13 países do mundo inteiro e dentre eles o Brasil com mais de 200 embarcações nas plataformas de petróleo, em navios e barcos da Norsafe, localizados em estados como Rio de Janeiro e Espírito Santo.

"Os serviços prestados seriam técnicos que vão a bordo da embarcação para identificar algum tipo de problema ou alguma peça que quebrou. Daí ele vai consertar ou dar algum tipo de ajuste. Mas também é muito difícil ocorrer algum problema, pois nossas embarcações são



Encontro ocorreu na Suframa com o superintendente Appio Tolentino e o vice-presidente da Norsafe, o Kjell Soerensen

multo boas e não quebram com facilidade. São barcos robustos e bem construídos. Porém eles têm um alto custo e uma tecnologia avançada que até é difícil dizer o preço", ressalta Kjell.

Para o superintendente da

Suframa, Appio Tolentino, a empresa vem atender uma demanda de segurança e de primeiros socorros nos rios da Amazônia e acredita que a empresa tem 'pé no chão' para tomar as decisões necessárias.

"As embarcações são específicas para atender os primeiros socorros utilizadas pelo o Exército Brasileiro e segurança naval pela a Polícia Federal e pelos órgãos que atuam na região. São pequenas embarcações que fi-

Blog

Edwin Schroder

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA SSP-AM

"Precisamos patrulhar os rios por conta de vários problemas como tráfico de drogas que existe na região. Necessitamos de uma lancha que tenha capacidade para dar a devida resposta ao nível do ataque que nós estamos sofrendo dos traficantes no rio Solimões e nos outros rios também. Então precisamos de uma lancha rápida e blindada. É nada melhor do que uma empresa como esta, a Norsafe, que é experiente no mercado para colocar a disposição este equipamento", compartilha o representante das relações institucionais da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP-AM), Edwin Schroder Junior.

cam fazendo o trabalho de patrulhamento e salvamento. É muito bom para tratar com uma empresa sólida que tem o 'pé no chão', que vem com a ideia de avaliar o mercado, se será uma decisão segura e se vai gerar mais empregos ao longo do tempo", enfatiza.

Criação da Zona Franca de São Luís se choca com a Zona Franca de Manaus

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado o projeto que cria a Zona Franca de São Luís (MA), para incentivar a produção de bens destinados ao exterior. A votação do relatório do senador Edison Lobão (PMDB-MA), prevista pa-

ra 13 de dezembro de 2017, foi adiada em atendimento a pedido de vista.

Na ocasião, Lobão, que preside a CCJ, declarou que o exame da matéria depende de "novos entendimentos" em torno de um texto capaz de equilibrar os interesses do

Maranhão e do Amazonas, de modo a evitar conflito entre as zonas francas de Manaus e São Luís. O senador Eduardo Braga (PMDB-AM) disse que o texto entra em conflito com a Constituição e a lei ordinária em vários pontos. A senadora Vanessa Grazziotin (PC-

doB-AM) disse que o debate mais aprofundado sobre o projeto será bom para o País.

O autor do projeto, senador Roberto Rocha (PSB-MA), salientou a importância econômica da zona franca para o desenvolvimento do Maranhão, que é o Estado brasileiro de

menor renda per capita. Porém, ele divergiu do senador Omar Aziz (PSD-AM) quanto ao custo da nova área de livre comércio, em termos de renúncia fiscal, na comparação com a Zona Franca de Manaus. Roberto Rocha ressaltou a diferença entre os dois casos: enquanto Manaus adota modelo de produção voltado marcadamente para a substituição de importações, com o mercado brasileiro como seu principal destino, a zona franca de São Luís terá o mercado externo como destino de seus produtos.

Gestão atual do Mdic divide lideranças do PIM

O trabalho da atual gestão do Mdic (Ministério do Desenvolvimento da Indústria, Comércio Exterior e Serviços), iniciada pelo então ministro Marcos Pereira e agora sob o comando do ministro interino, Marcos Jorge de Lima,

diverge opiniões entre as lideranças em Manaus. Enquanto a Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas) destaca a administração do Ministério para fortalecer a ZFM (Zona Franca de Manaus), o Cieam (Centro das Indústrias do Estado do Amazonas)

reconhece o empenho, mas pede cautela ao analisar as ações.

O presidente do Cieam, Wilson Périco, destacou a presença do ministro Marcos Pereira nas reuniões do CAS, mas apontou poucas mudanças em resultados positivos para o PIM.

Página A5

BNDES

Foto: Walter Mendes





Follow-Up
EMPRESARIAL

EDITOR RESPONSÁVEL
ALFREDO MR LOPES*

Nota de Pesar: José Márcio Mendonça

O Centro da Indústria do Estado do Amazonas, através de seu presidente, Wilson Périco, tem o dever de registrar o falecimento do jornalista José Márcio Mendonça, talento e dedicação de quase 50 anos a um jornalismo focado na brasilidade. Política, economia e cultura ficarão defasados de um combativo brasileiro de Guarani, Minas Gerais. Ele faleceu no último domingo em São Paulo, por insuficiência respiratória.

Nesta edição, prestamos uma homenagem a José Márcio que, desde 2016, integrou a equipe de colaboradores do CIEAM no desafio de criar espaços para o Amazonas, a Amazônia, nossa economia, acertos e oportunidades. Nunca o Amazonas e a indústria instalada em Manaus teve tanto espaço na mídia do Sudeste. Infomoney/Bloomberg, DCI, Estadão, Folha de São Paulo, foram arena de mais de uma centena de artigos de economia, logística, competitividade, educação, clima, biotecnologia e tecnologia da Informação. Em agosto daquele ano, traduzindo sua percepção sobre o descaso insensato do Brasil em relação ao Amazonas, nossa região, deu essa entrevista a Follow Up, que hoje se presta a uma singela homenagem de agradecimento a sua robusta contribuição para a Zona Franca de Manaus e nossa gente.

Amazônia: as trilhas de uma nova economia

Entrevista com o jornalista José Márcio Mendonça - Infomoney

"Mudanças na economia sempre escondem oportunidades, o desafio é identificá-las"

O fim do emprego é um anúncio, aparentemente cata-

trófico, utilizado para chamar a atenção dos atores do setor produtivo e do poder público. Estes, responsáveis por gerar mão de obra, vital para a dinâmica social vigente, e aqueles desorientados pela rapidez com que os tempos corroem a ordem produtiva/industrial historicamente consolidada. José Márcio Mendonça é um profissional da informação, um jornalista da chamada velha guarda - profissional há mais de 40 anos, especializado em assuntos brasileiros, escreve atualmente no blog Política & Economia - na Real do Portal www.infomoney.com.br. Editor de política e de economia e do caderno da cultura do Jornal Tarde e diretor geral e diretor de jornalismo da Rádio Eldorado em São Paulo, JMM FOI editoralista do Jornal da Tarde por 17 anos e diretor de redação da sucursal dos jornais "O Estado de S. Paulo" e "Jornal da Tarde" em Brasília... - que se antecipou aos estragos que a modernidade digital provocou nos negócios da imprensa. "O bom jornalista é aquele que busca se antecipar às mudanças, tratando a notícia na cruzeta de sua mensagem, seja lá qual for o veículo". Para Márcio, essas mudanças na economia sempre escondem oportunidades, o desafio é identificá-las.

Eis a entrevista.

FOLLOW-UP - A economia digital associada à robótica - duas realidades dos tempos modernos absolutamente irreversíveis - desencadearam o desemprego no modelo clássico de produção industrial. Como utilizar esses instrumentos para criar novas saídas?

José Márcio Mendonça - É muito importante anotar que essas mudanças na economia sempre escondem oportuni-

des, o desafio é identificá-las. A própria tecnologia cria novas brechas de emprego, ou seja, uns são destruídos outros aparecem. Portanto, a primeira saída é retrainar a mão de obra para essas novas realidades, novas oportunidades. Porém, sabe-se que o número de empregos a serem criados nunca será o mesmo que existia até então. A tendência da civilização é o ócio, o que os italianos chamam de "dolce fare niente". Naturalmente, que convém a este ser criativo. Assim, é preciso também descobrir "novas" atividades, e um dos grandes negócios pode estar na chamada economia criativa, no desenvolvimento da biotecnologia, ou na tecnologia da informação e da comunicação, no caso aqui da Amazônia, com esse acerto monumental de floresta e genética, a busca de novos fármacos, da cosmética e da indústria nutracêutica, a partir da biodiversidade. Aqui, quem prestar atenção, vai descobrir as trilhas de uma nova economia.

FUP - O governo da Coreia do Sul anunciou recentemente o investimento de mais de US\$ 2 bilhões, para atrair empresas privadas, em P&D, pesquisa e desenvolvimento, de nove áreas da economia voltadas ao futuro, priorizando inteligência artificial, realidade virtual, materiais leves, utilização do carbono, biotecnologia voltada para Medicina, entre outros. Como interpretar essa tendência à luz da indústria brasileira e da ZFM?

JMM - Inicialmente, é preciso observar que o governo coreano está procurando sair na frente na conquista dessa "nova economia". Nada como ter na concorrência China e Japão, para apostar na liderança tecnológica. Para a ZFM penso

que há um espaço extraordinário a partir dessa mesma experiência que a Coreia do Sul está tentando. A biodiversidade amazônica é muito mais rica, em sua fauna e flora, que a coreana. É preciso envolver num grande projeto o setor privado, a universidade e o poder público. É inaceitável que o Brasil tenha menos de 1% de seus cientistas atuando na Amazônia, onde o mundo civilizado está de olho desde a descoberta da América. Os países centrais já teriam posto milhares de cientistas e laboratórios para planejar e implantar um futuro mais saudável e mais próspero.

FUP - A ZFM, assim como todos os temas, problemas e acertos e necessidades da Amazônia, são excluídos da mídia do Sudeste. A que você atribui essa tendência e como contorná-la num contexto de comunicação de redes sociais?

JMM - A Zona Franca, por causa desse distanciamento, sempre foi vista, fora de seu próprio território, como uma parasita, que explora as outras regiões, tira-lhes emprego e empresas e tem incentivos inadmissíveis. É "cara" no sentido oneroso para o Brasil e não dá retorno. O que há, de fato, é uma desinformação sobre os efeitos benéficos da Zona Franca para o país, não apenas do ponto de vista econômico mas também e principalmente do ponto de vista socioambiental. Graças a esta economia diferenciada o Brasil resguarda seu patrimônio genético e o Sudeste tem água em seus reservatórios. Não fosse a ZFM o estrago seria incalculável. Quem sabe disso? A ZFM sempre perdeu a batalha da comunicação, seja por omissão de seus gestores, seja por falta de argumentos bem elaborados

para se contrapor às críticas. A opinião pública do Sul-Sudeste ignora os efeitos positivos da região. O grande desafio é começar a ganhar esta batalha, não só no Sul e no Sudeste, mas, se possível, envolvendo a mídia internacional, hoje muito sensível às questões da economia sustentável. O uso das mídias sociais hoje é essencial, os próprios meios tradicionais de comunicação não desprezam esses veículos hoje. São mais eficazes e mais baratos, assim como os produtos fabricados em Manaus. Esses produtos seriam mais baratos se o Brasil olhasse a região e lhe desse infraestrutura competitiva.

FUP - 1/5 da água doce do planeta e um 1/5 da biodiversidade conhecida pertencem ao Brasil e estão na Amazônia. Como precificar e rentabilizar esses ativos na nova economia que se impõe?

JMM - Esta é uma pergunta que eu diria que vale um milhão de dólares: como precificar os benefícios socioambientais gerados pela ZFM? Creio que o Brasil tem hoje uma enorme diversidade de pesquisadores, em diversas universidades, como o a Fipe da USP em São Paulo, na FGV em São Paulo e no Rio capazes de desenvolver - se ainda não desenvolveram - estão desenvolvendo - modelos matemáticos para fazer esse tipo de precificação. No caso também acho que seria útil pesquisar junto aos organismos internacionais ambientalistas, se eles não possuem modelos para isso. As métricas do patrimônio natural amazônico é o começo de uma boa e proveitosa conversa planetária. E o Brasil precisa voltar-se para a Amazônia, ou seja, para si mesmo, e começar a negociar vantagens pelos serviços ambientais que a Amazônia presta

a outras regiões e que o país oferece ao mundo.

FUP - A Indústria do ócio responde por 9% do PIB inglês. Como incentivar essa economia na realidade amazônica?

JMM - Estamos caminhando para o que poderíamos chamar de uma indústria da informação, do conhecimento e do ócio. O mundo fabril perde a importância relativa, mas é dele ou deveria ser a iniciativa de sua evolução e ajuste aos novos tempos. A Inglaterra, além de faturar com esta indústria neste PIB promissor, exibe uma taxa de emprego da ordem de 6% com a indústria criativa. Em São Paulo, na glamurosa Vila Madalena, os ingleses abriram uma escola para evoluir a indústria da criatividade, do ócio proveitoso. De quebra, eles treinaram no Reino Unido, 5500 brasileiros, atraídos pela nova "revolução industrial". O poder vai estar, cada vez mais com quem tem informação e conhecimento. Esse novo espaço produtivo a que chamamos indústria criativa - que reúne toda a área cultural e de divertimento, design, arquitetura, produção de software e de aplicativos, moda, turismo, onde a força da criatividade, da capacidade inventiva é o ativo preponderante. Ela é altamente empregadora, porque não pode ser inteiramente nunca substituída por máquinas. Os ingleses estão investindo pesadamente nessa área, inclusive aceitando importação de produtores culturais. Antes de se inventar o termo "indústria cultural" os americanos a exploravam a seu favor com o cinema, a massificação da música. Inclusive com interesses também político-ideológicos. Os ingleses estão indo adiante...

Esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do CIEAM. Editor responsável: Alfredo MR Lopes. cieam@cieam.com.br



Atuação do Ministério junto à Suframa divide opiniões de lideranças industriais amazonenses

Indústria discute ações do MDIC

HELLEN MIRANDA
hmiranda@cam.com.br

O trabalho da atual gestão do MDIC (Ministério do Desenvolvimento da Indústria, Comércio Exterior e Serviços), iniciada pelo então ministro Marcos Pereira e agora sob o comando do ministro interino, Marcos Jorge de Lima, diverge opiniões entre as lideranças industriais em Manaus. Enquanto a Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas) destaca a administração do Ministério para fortalecer a ZFM (Zona Franca de Manaus), o Cieam (Centro das Indústrias do Estado do Amazonas) reconhece o empenho, mas pede cautela ao analisar as ações.

O presidente do Cieam, Wilson Périco, ressaltou que o ministro Marcos Pereira, que deixou o cargo recentemente para tratar de sua campanha política, cumpriu a agenda de reuniões do CAS (Conselho de Administração da Suframa), estando presente na maioria das discussões em 2017 e pondera acerca dos resultados. "Em termos de ações em aprovações sinceramente não percebi muitas mudanças durante o ano passado", afirma.

Já na análise da Fieam, o trabalho desenvolvido pela atual

gestão do MDIC tem ajudado a melhorar o ambiente de negócios e aumentar os investimentos produtivos no Amazonas e em toda a área de abrangência da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus).

O vice-presidente da entidade, Nelson Azevedo, cita a atenção especial dedicada por parte do Ministério ao aperfeiçoamento da gestão da ZFM, o que, segundo ele, resulta em importantes ganhos para o modelo.

"Como a redução em 50% dos prazos das análises pela Suframa, dos Relatórios Demonstrativos do Cumprimento da Obrigação de P&D das empresas beneficiárias pela Lei de Informática, que passaram de seis anos para menos de três anos", disse.

Périco rebate alegando que a prioridade é redução na análise de projetos de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) tem que ser dosados. "Isso porque precisamos entender quais critérios são utilizados para validar a análise, uma vez que isso traz insegurança para o modelo", avalia o empresário ao destacar as tratativas de investimentos da fixação de PPBs (processos produtivos básicos) na região.

Outra entrega consistente da atuação do MDIC lembrada pela federação, foi a aprovação



Pereira esteve em todas as reuniões do Conselho Administrativo da Suframa em 2017

da MP 810/2017, que moderniza a Lei de Informática (Lei nº 88.387/1991), e garante importantes medidas de fomento à inovação local, além de, em outra frente, reduzir o impacto de glosas à indústria de informática instalada na ZFM, assegurando milhares de empregos da indústria instalada no Amazonas.

Sobre a Lei da Informática, Périco diz que ao primeiro momento foi positiva mas ao

fazer uma análise mais criteriosa observa-se uma redação de possível risco para o segmento. "Tudo tem que ser olhado melhor para não darmos um tiro no pé", comenta o empresário. Ele reconhece ainda a importância do MDIC para a ZFM e defende uma maior autonomia do modelo para desenvolver atividades regionais.

Por outro lado, o representante da Fieam também alega

que o MDIC está reestruturando os programas prioritários do CAPDA (Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia), tornando-os mais atuais e efetivos para alcançarem real impacto na região. Azevedo ressaltou ainda os esforços de Marcos Jorge em garantir a frequência e a regionalização neste ano das reuniões do CAS. "Com isso conferindo previsibilidade e plena partici-

pação aos atores que compõem o ecossistema produtivo do modelo ZFM", finaliza vice-presidente da Fieam.

Suframa

Na avaliação do superintendente da Suframa, Appio Tolentino, a gestão do MDIC tem sido positiva para a autarquia, por sempre apoiar e atender as demandas da mesma. "Um dos pontos de destaque da gestão do ministro Marcos Pereira foi a participação ativa na presidência das reuniões do CAS, que ao longo de 2017 teve caráter itinerante depois de quase nove anos de reuniões concentradas em Manaus, e que deverá ter continuidade em 2018 na gestão do ministro interino Marcos Jorge de Lima", afirma.

Tolentino reforça o trabalho do Ministério na Medida Provisória 810/2017, que ampliou de três para 48 meses o prazo das empresas com pendências de investimentos decorrentes de isenções ou reduções de impostos sobre bens de informática e automação possam realocar os recursos devidos.

"Essa medida traz mais segurança jurídica às empresas, com a possibilidade do reinvestimento das glosas de P&D, a partir de regulamentação do MDIC e da Suframa", conclui o superintendente da autarquia.